

HABEAS CORPUS Nº 570.691 - RS (2020/0079937-7)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
NILTON LEONEL ARNECKE MARIA - RS054268
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : ADRIANO ADILIO FERREIRA (PRESO)
PACIENTE : GABRIEL LIMA SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

ADRIANO ADILIO FERREIRA e GABRIEL LIMA SANTOS alegam ser vítimas de coação ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul**, que denegou o HC n. 70084106558 (CNJ n. 0049014-45.2020.8.21.7000)

A defesa pleiteia, por meio deste *writ*, a revogação da custódia preventiva dos réus – decretada pela suposta prática do crime previsto no art. 157, § 2º, II, do CP –, seja pela ausência de quaisquer dos fundamento previstos no art. 312 do CPP, seja pela pandemia causada pelo Coronavírus.

Decido.

A prisão preventiva é compatível com a presunção de não culpabilidade do acusado desde que não assuma natureza de antecipação da pena e não decorra, automaticamente, da natureza abstrata do crime ou do ato processual praticado (art. 313, § 2º, CPP).

Além disso, a decisão judicial deve apoiar-se em motivos e fundamentos concretos, relativos a fatos novos ou contemporâneos, dos quais se se possa extrair o perigo que a liberdade plena do investigado ou réu representa para os meios ou os fins do processo penal (arts. 312 e 315 do CPP).

Na hipótese, **há motivos concretos e idôneos** para embasar a ordem de prisão dos acusados, porquanto a Corte de origem, ao manter a

custódia preventiva dos pacientes, salientou, na mesma linha do que asseverado pelo Magistrado de primeiro grau, que "o paciente **Adriano** é reincidente, possuindo duas (2) condenações transitadas em julgado: a primeira, em 20.08.2015, pela prática do crime de roubo majorado (Processo n. 038/2.11.0004830-7); e a segunda, em 10.05.2019, pela prática do crime de furto qualificado (Processo n. 038/2.14.0002767-4); além disso, possui outra condenação pela prática do crime de porte de arma, ainda não transitada em julgado (Processo n. 038/2.17.0000124-7), e vários outros registros de envolvimento em práticas delitivas, como demonstra sua certidão de antecedentes criminais" (fls. 283-284).

Em relação ao acusado **Gabriel**, destacou que "também é reincidente, possuindo três (3) condenações criminais transitadas em julgado: a primeira, em 12.06.2019, pela prática de lesão corporal e violência doméstica (Processo n. 038/2.18.0002991-7); a segunda, em 11.11.2019, pela prática de violência doméstica (Processo n. 038/2.18.0001664-5); a terceira, em 28.11.2019, pela prática de violação de domicílio e violência doméstica (Processo n. 038/2.18.0005065-7), além de outros envolvimento em práticas delitivas, como informa consulta feita no sistema informatizado dessa Corte" (fl. 283).

Tais circunstâncias evidenciam o risco concreto de que, em liberdade, poderão os pacientes voltar a delinquir, a evidenciar, por conseguinte, a necessidade de manutenção da custódia preventiva para a **garantia da ordem pública**, notadamente para o fim de evitar a reiteração criminosa.

Nesse sentido, menciono:

[...]

2. O decreto preventivo fundamentado em anotações de atos infracionais, no caso, mostra-se válido na projeção do vetor da ordem pública, segundo juízo prospectivo de reiteração delitiva.

3. Segundo reiteradas manifestações deste Superior Tribunal, **a existência de inquéritos, ações penais em curso, anotações pela prática de atos infracionais ou condenações definitivas denotam o risco de reiteração delitiva e, assim, constituem fundamentação idônea a justificar a segregação cautelar.** Precedentes do STJ.

[...]

7. Recurso ordinário desprovido.

(RHC n. 106.326/MG, Rel. Ministra **Laurita Vaz**, 6ª T.,

DJe 24/4/2019, grifei)

Concluo, portanto, haver sido **demonstrada a exigência cautelar** justificadora da prisão preventiva dos acusados.

Registro não desconhecer a **Recomendação n. 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça**, que estipula medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus no âmbito dos sistemas de justiça penal e recomenda a reavaliação das prisões provisórias.

No entanto, essa recomendação **não reflete uma diretriz obrigatória no sentido de se ter de soltar, irrestritamente, todos aqueles que se encontram presos provisoriamente**, mas sim, um elemento interpretativo a ser levado em consideração em cada caso concreto, tendo-se em conta o trazido aos autos por cada parte interessada.

Estabelecida essa premissa, penso que tal recomendação não afasta, especificamente no caso dos autos, a necessidade de imposição da prisão preventiva, notadamente diante da existência de elementos concretos que evidenciam a **real possibilidade** de reiteração criminosa, caso sejam os réus colocados em liberdade. Ademais, não evidencio, **de maneira inequívoca**, nenhum elemento concreto que permita a conclusão de que os pacientes integram unidade de risco ou de que a saúde deles esteja em risco, caso permaneçam presos cautelarmente.

Por fim, ressalto que, sob o prisma do entendimento adotado por esta Corte Superior de Justiça acerca da necessidade de manutenção da custódia preventiva em casos como o dos autos, não vejo razões para o processamento deste habeas corpus, notadamente porque expressamente autorizado – pelo inciso XX do art. 34 do Regimento Interno deste Superior Tribunal – que o Relator decida o habeas corpus, **monocraticamente**, quando a decisão impugnada se conformar com a jurisprudência dominante acerca do tema.

À vista do exposto, com fundamento no art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** o habeas corpus.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**